

Dossier: Angola

Política Externa angolana depois da guerra civil: Como envolver o Ocidente?

Assis Malaquias

A eliminação da ameaça interna ao regime foi, desde a independência, o objectivo principal da política externa angolana. Com o fim da guerra civil, chegou a altura de Luanda reavaliar as suas prioridades externas e redefinir o interesse nacional do Estado angolano.

A política externa de Angola, depois da independência, foi astutamente desenhada e implementada com o objectivo principal de ajudar o novo regime a responder aos vários desafios nacionais, regionais e internacionais que ameaçavam a sua existência. Especificamente, esta política externa sempre visou aumentar a capacidade do regime para vencer a guerra civil que teve início na véspera da independência. Para atingir este objectivo, Angola procurou, acima de tudo, criar um ambiente regional amistoso, com o apoio dos seus aliados internacionais, como primeiro passo para resolver os desafios internos. Assim, o envolvimento activo de Angola a nível regional, primeiro através de um apoio substancial às guerras de libertação nacional contra os regimes racistas na África Austral e, mais recentemente, as intervenções militares directas nos dois Congos, encontraram sempre justificação em termos dos dividendos que estas intervenções poderiam produzir para a segurança interna de Angola.

Tendo sido alcançado o objectivo principal da política externa angolana - a eliminação da ameaça interna ao regime - chegou a altura de o Estado angolano reavaliar as suas prioridades, já que a sobrevivência do regime não está em causa. Alcançada a paz, devido, em parte, às mudanças fundamentais que o regime ajudou a efectuar a nível regional, chegou a altura de criar, urgentemente, um novo e mais abrangente quadro para a política externa angolana. Este quadro deve ser baseado numa redefinição do que constitui o interesse nacional do Estado angolano. Desde que alcançou o poder, o MPLA tem definido, ou confundido, interesses partidários como interesses nacionais. Por outras palavras, para o MPLA, o que é bom para o partido é bom para a nação. Mas tal equacionamento é bastante exclusivo pois limita as contribuições para a formulação da

política externa aos sectores da sociedade que mais beneficiam das políticas do Estado, tanto a nível nacional como internacional.

A definição do interesse nacional deve ser alargada para incluir e enfatizar as questões de segurança humana dos cidadãos, e desenfaturar a segurança do regime. A ênfase na segurança humana obrigaria o governo angolano a trabalhar com mais vigor e dedicação para solucionar as adversidades produzidas pela guerra - a desmilitarização da sociedade, a desminagem das zonas rurais e a reintegração completa dos refugiados, por exemplo. Esta nova ênfase também obrigaria o Governo a dedicar-se a desafios não militares que ameaçam a sobrevivência e dignidade dos cidadãos. Este último conjunto de desafios inclui a pobreza, as doenças contagiosas, as violações aos direitos humanos e todos os tipos de desigualdades e vulnerabilidades resultantes de uma má distribuição crónica da riqueza e do poder em Angola. A resolução destas questões é crucial para alcançar a paz sustentável e o desenvolvimento.

Isto vai requerer transformações fundamentais a nível do Estado, especialmente no que diz respeito à governação democrática e à gestão transparente do tesouro nacional, particularmente os dinheiros provenientes da venda do petróleo e dos diamantes. As estruturas estatais, actualmente pseudo-democráticas e cleptocráticas, devem ser reformadas, criando as condições para um relacionamento mais proveitoso com o Ocidente, que vise sustentar a paz e facilite o início do difícil processo de desenvolvimento, adiado por quase três décadas de guerra civil. Como sempre, as condições internas em Angola continuarão a ter um grande impacto na forma como os países ocidentais responderão à política externa de Angola.

Actualmente, as condições de má governação e, principalmente, a má gestão do tesouro nacional, fazem com que o governo angolano seja visto como um dos mais corruptos do mundo, onde grandes somas de dinheiro resultantes da venda de petróleo e diamantes simplesmente desaparecem sem deixar rasto. Ainda mais prejudicial para a imagem do Estado, o Presidente da República é visto como o autor principal destes desvios de fundos, usados para enriquecer os seus familiares, amigos e subordinados mais próximos. José Eduardo dos Santos, por exemplo, é considerado como um dos homens mais ricos do mundo, cujas contas bancárias são abastecidas por uma percentagem - cerca de 500 milhões de dólares americanos por ano - provinda do dinheiro da venda do petróleo nacional. Isto, para além dos cerca de mil milhões de dólares que desaparecem anualmente.

O fedor da corrupção em Angola começa, cada vez mais, a chegar aos corredores do poder nas grandes capitais ocidentais. Neste período, após a guerra civil, o governo angolano não deveria poupar esforços para fazer desaparecer esta imagem e garantir um bom relacionamento com o Ocidente. Ao contrário do que acontece em países como Angola, as políticas dos países ocidentais, tanto de âmbito nacional como internacional, são constantemente expostas ao escrutínio público e beneficiam de consultas públicas, de várias formas e a vários níveis, antes de serem executadas. A sociedade civil ocidental tem demonstrado consistentemente uma grande repugnância quando os seus governos lidam com países corruptos. Por isso, pode-se antecipar que, com a atenção internacional que Angola tem recebido nos últimos tempos, o regime de Eduardo dos Santos seja sujeito aos rigores desta opinião pública internacional. Especificamente, este regime poderá ser obrigado a aderir às normas internacionalmente aceites.

Nota-se já um crescimento dos níveis de antipatia em relação ao regime angolano. Neste momento, por exemplo, as sociedades civis ocidentais dizem abertamente aos seus governos que respondam cautelosamente aos pedidos de ajuda humanitária provenientes do governo angolano, depois do fim da guerra civil. Estes grupos prefeririam que José Eduardo dos Santos usasse alguns dos bilhões de dólares americanos que, alegadamente, tem fora do país para aliviar o sofrimento dos seus compatriotas.

Concluindo, os danos humanos e materiais que Angola sofreu durante a guerra civil vão continuar a afectar negativamente o país por várias décadas. Por isso, a política externa de Angola deve ser recalibrada e vista como um instrumento para ajudar a reconstituir o Estado, para que este possa desempenhar um papel mais relevante a nível regional e internacional. Este processo de reconstituição do Estado angolano será alcançado com mais rapidez se o mundo estiver positivamente envolvido. A nível regional, Angola poderá procurar desenvolver as relações com países que encontraram vias de superar o legado de vários anos de conflito interno. Mas, a nível internacional, Angola poderá ter uma tarefa mais difícil, principalmente com os países ocidentais. Estes países irão fazer lembrar Angola das suas responsabilidades em matérias de boa governação em condições de paz. Por isso, aproximam-se duas tarefas difíceis. Por um lado, a nível interno, o processo de limpeza geral das estruturas de governação. Por outro lado, a nível externo, a diplomacia angolana terá a tarefa de mudar a má opinião sobre Angola que se começa a instalar no mundo. Juntas, as duas tarefas poderão assegurar a necessária boa vontade

internacional e, quiçá, alianças que ajudarão a atingir a paz sustentável, baseada na segurança humana e no desenvolvimento para todos os angolanos.